

ASPECTOS RECENTES DA ECONOMIA BRASILEIRA

META

Discutir os principais aspectos da economia brasileira a partir da implantação do modelo tecnoburocrático implantado pelo regime militar como também as diretrizes econômicas implantadas a partir do retorno ao regime democrático..

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Definir o que entendeu por regime tecnoburocrático;

Listar os pontos positivos e negativos dos planos nacionais de desenvolvimento imposto pelo regime militar a partir da década de 1960.

Mostrar os principais aspectos da economia brasileira contemporânea;

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado o conteúdo da aula 18.



Figura 1 - Regime militar (Fonte: <http://www.usp.br>).

Como foi visto na aula anterior, foi a partir da década de 1950 que teve início no Brasil a terceira fase do processo da industrialização brasileira. Não restam dúvidas que foi a partir do Governo de JK que o Brasil ingressou na era do capitalismo principalmente a partir da implantação do Plano de Metas

INTRODUÇÃO

que procurou abolir os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira através de uma aliança entre o capital nacional, o capital externo e o Estado.

Nesta aula iremos apresentar a trajetória econômica do Brasil em dois momentos distintos: O Regime militar e o do retorno a democracia.

Para a abordagem desse tema, nos fundamentaremos principalmente na obra de Cyro Rezende (1999).



Figura 2 - Governo JK. (Fonte: <http://www.arpdf.df.gov.br>).

TRANSIÇÃO PARA O REGIME MILITAR

Eleito Presidente do Brasil em 1961, Jânio Quadros, assumiu o país num clima de instabilidade econômica, caracterizada por uma “inflação em alta, indisciplina fiscal e redução da balança de pagamento. A sua política econômica caracterizou-se pela austeridade na medida em que, restringiu o crédito, congelou os salários, desvalorizou a moeda, e diminuiu os gastos públicos. Essa política econômica provocou protestos basicamente de toda a população brasileira: empresários, operários e a classe média. Em 25 de agosto (sexta feira) Jânio Quadros lançou uma cartada decisiva, solicitou a sua renúncia. Acreditava que pelo fato de poucos congressistas estarem em Brasília e não ter quorum suficiente a sua carta de renúncia só seria apresentada na segunda feira, tempo suficiente para mobilização popular. Na verdade o tiro saiu pela culatra, pois com quorum suficiente o Congresso aceitou a sua renúncia.



Jânio Quadros

Nasceu em 25 de janeiro de 1917, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, filho de paranaenses de classe média. Estudou em Curitiba e em São Paulo, para onde se mudou na década de 30. Formou-se em direito em 1939, trabalhou como advogado na capital paulista antes de entrar para a vida pública. Foi eleito vereador em 1947, deputado estadual em 1950, prefeito de São Paulo em 1953 e governador em 1954. Eleito com 48% dos votos, resultado que superou o recorde da época para o Brasil, tomou posse como Presidente do Brasil em janeiro de 1961. Renunciou sete meses depois, alegando sofrer pressão de “forças terríveis”. Retornou à vida pública no fim da década de 70. Em 1982, perdeu a disputa pelo governo paulista, mas conseguiu sua última vitória política em 1985, quando foi eleito prefeito de São Paulo. Morreu em 16 de fevereiro de 1992, na capital paulista.



Figura 3 - Mobilização Popular (Fonte: aldoadv.files.wordpress.com).

A renúncia de Jânio Quadros gerou um impasse político, na medida em que o vice presidente João Goulart era visto como suspeito pelos militares que por conta das suas idéias era visto como dos esquerdistas. A solução encontrada para evitar uma guerra civil foi à implantação do sistema parlamentarista. Posteriormente através de um plebiscito o Brasil retornou ao Presidencialismo.



João Goulart

Nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, no dia 1º de março de 1918. Formado em direito, iniciou sua carreira política em 1946 no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), do qual foi fundador em sua cidade natal. Foi presidente do diretório do partido no Rio Grande do Sul, entre 1950 e 1954. Foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas (1953-1954). Tornou-se presidente nacional do PTB entre 1952 e 1964. Foi vice presidente de Juscelino Kubitschek como vice-presidente. Reeito vice-presidente com Jânio Quadros, Jango, como ficou popularmente conhecido, tomou posse em 7 de setembro de 1961 após a renúncia do então presidente em agosto do mesmo ano. Em 31 de março de 1964, João Goulart foi deposto pelo golpe militar de 1964, e foi exilado no Uruguai. Faleceu no exílio, no município argentino de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.

Retornando ao presidencialismo, João Goulart procurou desenvolver o programa denominado de Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que tinha como objetivos: corrigir os preços defasados, redução do déficit público e controle de crédito. Além disso, pretendia João Goulart a implantação de uma reforma agrária, pois entendia que

a arcaica estrutura fundiária impedia tanto qualquer aumento na produtividade agrícola, como a expansão da área financeira e do mercado consumidor de manufaturados no setor rural. Pretendia ainda uma distribuição mais equitativa do provável crescimento econômico (REZENDE, 1999, p. 109).

Pressionado por setores conservadores (dentre estes os proprietários rurais) que temiam as reformas propostas e por setores militares, João Goulart renunciou a Presidência da República

O BRASIL DO AME-O OU DEIXE-O



Figura 4 - Almanaque do Ziraldo, julho de 1979
(Fonte: www.cliohistoria.hpg.ig.com.br).

A instabilidade política inaugurada com o golpe militar de 1964 foi seguida pela instabilidade econômica por conta do descrédito dos credores internacionais e uma inflação crescente. Nesse contexto, foi elaborado da gestão de Castelo Branco (1964/1967) O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), que teve como elaboradores os ministros: Roberto de Oliveira Campos (Planejamento) e Octávio Gouveia de Bulhões (Fazenda). Esse Plano econômico foi aplicado com base nos instrumentos clássicos de estabilização, ou seja:

- a) Corte nos gastos públicos;
- b) aumento da carga tributária;
- c) contenção do crédito;
- d) arrocho salarial;
- e) criação da ORTN (Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional) – Mobilizava recursos para financiar o déficit do tesouro.

Um dos pontos prioritários desse plano de estabilização foi na questão dos salários, que passaram a ser ajustados anualmente. Reajustado abaixo da inflação o resultado foi uma queda no índice real que teve uma perda de em média 25%. Convém lembrar que anteriormente o trabalhador após dez anos conseguia a estabilidade no mesmo emprego, o que foi retirado com a criação do FGTS (Fundo de garantia por tempo de Serviço). Para Cyro Rezende (1999), quem se beneficiou o PAEG, foi o capital externo e os setores mais atingidos foram os setores ligados ao capital nacional como: vestuário, alimentos e construção civil.

No Governo de Costa e Silva (1967/1969), o principal idealizador da política econômica foi Delfim Neto que via na inflação o principal problema da economia brasileira. Através do PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), Delfim Neto procurou sanear a economia brasileira cujos resultados foram:



Antônio Delfim Netto

Economista e político paulista nasceu em 10/5/1928 em São Paulo. Entra no curso de economia da Universidade de São Paulo (USP) em 1948 e inicia-se na carreira acadêmica no cargo de professor assistente, logo depois de formado. Ingressa na vida pública em 1959, participando da equipe de planejamento do governador paulista Carvalho Pinto. Em 1967, assume o Ministério da Fazenda do governo Costa e Silva e dá início ao “milagre brasileiro”, como é chamado o período até 1974, em que o PIB brasileiro salta de 4,8% para 14%. Em março de 1979 volta ao governo como ministro da Agricultura de João Figueiredo. Cinco meses depois é transferido para a Secretaria de Planejamento da Presidência, órgão que chefa até 1985. Inicia a carreira parlamentar no ano seguinte, elegendose deputado federal pelo Partido Democrático Social. Reelege-se ao mesmo cargo em 1990, 1994 e 1998, sucessivamente.

- a) Crescimento do PIB (Produto Interno Bruto);
- b) Expansão da produção industrial;
- c) Crescimento das exportações brasileiras;
- d) Expansão do consumo;
- e) Expansão da indústria automobilística;
- f) Crescimento dos setores ligados a construção civil.

Novamente o grande beneficiário foi o capital externo.

A partir de 1969, tem início no Brasil, o Projeto Brasil Potência, que procurou legitimar o Governo militar através da falsa idéia de que o Brasil teria condições de se tornar um país do primeiro mundo, um país desenvolvido.

Assumindo a Presidência em 1969, Médici iniciou a fase denominada de “o milagre brasileiro”, caracterizado por um desenvolvimento do capitalismo no Brasil que beneficiou o capital monopolista e excluiu as massas populares dos direitos políticos e econômicos. Continuava como ministro da Fazenda Delfim Neto, tendo a frente do ministério do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso. Com relação à política econômica, foi elaborado o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que visava: manter o PIB entre 8% a 9%, diminuir a inflação (20% anuais) dentre outros. A aplicação desse Plano econômico possibilitou um crescimento do PIB que de 9,5% em 1970 passou para 11,4% em 1974. Além disso, outras áreas econômicas foram beneficiadas como: a agricultura com um crescimento anual em média de 5%, os setores industriais mantiveram um crescimento considerável principalmente a indústria automobilística. A inflação foi reduzida a 17% anual. Novamente o grande beneficiário foi o capital que nesse período teve um crescimento de 60%. Enquanto o capital crescia os assalariados eram penalizados com a redução do poder aquisitivo dos salários, aumentando o índice dos despossuídos. Na verdade do ponto de vista das classes sociais o maior beneficiário foi a classe média que passou a ter acesso a bens duráveis e ao crédito Outro aspecto a destacar é o papel do Estado que passou a controlar vários setores como: Bancário, elétrico, indústria siderúrgica dentre outros.

A partir de 1973, a “era do milagre “ apresentava sintomas de crise, com o aumento da inflação atingindo principalmente a classe média que tinha se beneficiado do período anterior. Outro fator responsável pela derrocada do milagre foi a crise do petróleo. Sendo o Brasil importador de mais de 70% do petróleo consumido, o aumento do barril gerou déficits na balança comercial. É nesse contexto que assumiu a presidência Ernesto Geisel.

Ernesto Geisel assumiu o Governo em um momento que o país passava por sérias dificuldades em decorrência do aumento do preço do petróleo no mercado internacional, sendo uma das conseqüências o déficit na balança comercial. Responsáveis pelas diretrizes econômicas Mario Henrique Simonsen (Fazenda) e João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento) colocaram em prática o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

O II PND tinha como objetivos: um aumento anual de 10% para o PIB, o crescimento da indústria de bens de capital, a produção de insumos básicos, expansão dos setores energéticos. Além disso, pretendia o Governo diminuir as disparidades regionais com a implantação de projetos regionais como o POLONORDESTE e o POLOAMAZÔNIA. Em 1975 foi assinado o acordo Nuclear com a Alemanha que previa a instalação de oito centrais term nucleares. Ainda no setor energético foi criado o PROALCOOL (Programa Nacional do álcool) para produzir álcool combustível para automóveis.



Figura 5 - Transamazônia. Dos sonhos do Plano de Integração Nacional e do “Brasil Grande” do regime militar, resta uma pista de terra vermelha e amarela que é, durante seis meses, poeira e outros seis meses, lama.

De acordo com Cyro Rezende(1999), o II PND apresentou um sucesso relativo, ou seja, com pontos positivos e negativos tais como:

1. Diminuição das importações de insumos básicos (papel, celulose, fertilizantes etc.);
2. Diminuição das importações de bens de capital (máquinas e equipamentos pesados);
3. Desorganização da produção de alimentos por conta do PROALCOOL;
4. Elevação da dívida pública;
5. Transferência de renda do setor público para o setor privado;
6. Crescimento da dívida pública interna;
7. Crescimento da inflação.

Os últimos anos do Brasil sob o regime militar, foi caracterizado como um período de crise econômica e transição para a democracia. De 1979 a 1985 no Governo de João Batista Figueiredo, o último General Presidente, novamente tendo a frente o ministro Delfim Neto, foi elaborado o III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Este plano tinha como objetivo a retomada do crescimento econômico. A idéia de diminuição dos índice inflacionário naufragou pois já em 1980 a inflação anual atingia 110,2% e a balança de pagamento apresentou um déficit de 3,5 bilhões de dólares.



Figura 6 - Comício pelas Diretas Já. (Fonte: www.br.geocities.com).

O Projeto de transformar o Brasil em uma potência fracassou e o resultado foi a estagnação da economia brasileira com decréscimo do PIB, declínio da produção industrial, declínio do comércio externo, do setor de transportes e comunicações, queda na produção de bens, redução

do índice de emprego, retração dos bens de capital. Em 1983 a inflação atingia a cifra de 211% .

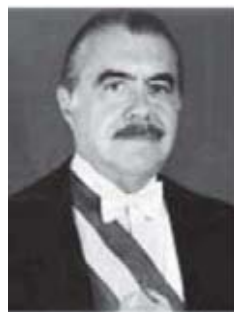
Nesse difícil contexto econômico, as oposições se mobilizaram através do movimento “Diretas Já”, que mobilizou em todo o país milhares de pessoas que reivindicavam o fim do regime militar. Nas eleições indiretas realizadas em janeiro de 1985, saíram vitoriosos Tancredo Neves Presidente e José Sarney vice- presidente. Com a morte de Tancredo Neves, assumiu a presidência José Sarney.

O BRASIL DEMOCRÁTICO

A política econômica do Governo Sarney tinha como objetivo principal o combate a inflação, herança dos governos militares.

Tendo como ministro da fazenda Francisco Dornelles, foi implantada uma política econômica antiinflacionária que previa o congelamento de preços, corte no orçamento fiscal. Essa política econômica fracassou e Francisco Dornelles foi substituído por Dílson Funaro. Em fevereiro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado. Este plano estabeleceu o congelamento dos preços e promoveu uma reforma monetária com a criação do Cruzado (Cz\$). Apesar da mobilização popular através dos “Fiscais do Sarney”, onde a população fiscalização o congelamento dos preços, o plano fracassou. De acordo com Cyro Rezende (1999), foram os seguintes pontos que levaram o Plano Cruzado ao fracasso:

- a) congelamento de preços sem prévio alinhamento e sem disciplina salarial;
- a) taxas de juros baixas que desestimularam a poupança;
- b) menor tributação de renda em um período de crescimento acelerado do consumo;
- c) monetarização acelerada da economia, em oposição à desejada estabilidade dos preços;
- d) confiança na inflação zero paralela à crescente expectativa de inflação corretiva;



José Sarney

Formado em Direito. Em 1958, ingressou na UDN (União Democrática Nacional). Foi eleito governador do Maranhão em 1965. Com a extinção dos partidos pelo AI-5, ingressou na Arena, partido do governo militar. Em 1970, publicou seu primeiro livro de contos, “Norte das Águas”. Assumiu a presidência da República com a morte de Tancredo, em 21 de abril de 1985.

inexistência de qualquer plano para o abandono gradual do congelamento” (REZENDE, 1999: 177-178).

Em junho de 1987, foi elaborado outro plano de estabilização, denominado de PLANO BRESSER tendo como responsável o ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira. Para controlar a inflação e reduzir o déficit público, os salários, os preços e os aluguéis residenciais e comerciais foram congelados durante três meses e o cruzado sofreu uma desvalorização de 9,5%. Fracassado esse novo plano pois os objetivos propostos não foram alcançados inclusive a inflação continuou aumentando, em janeiro de 1989 o Governo lançou o PLANO VERÃO.



Figura 7 - Nota de 100 cruzados (detalhe). (Fonte: www1.folha.uol.com.br).

Com o objetivo de diminuir a inflação, foi realizada uma reforma monetária com a criação do cruzado novo (NCz\$) que sofreu uma desvalorização de 18%. Novo congelamento de preços. Os salários passaram a ser reajustados através da livre negociação entre patrões e empregados.

No final de 1989, a taxa inflacionária anual atingia a casa de 1.764,86%. O governo Sarney agonizava .

Desenvolvendo uma campanha populista e personalista (caça aos marajás, contra a corrupção) e apoiado por setores conservadores que temiam a vitória de Lula foram eleitos Presidente Fernando Collor de Mello e vice -presidente Itamar Franco. Esta foi a primeira eleição direta para Presidência da República após a eleição de Jânio Quadros.

Collor de Mello tendo a frente a Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, elaborou o PLANO COLLOR. Procurando acabar com a especulação, o plano promoveu o confisco de todas as contas superiores a 50 mil cruzeiros e liberou as importações. Foi iniciado o programa de privatização de empresas e a abertura do Brasil ao Capital internacional. Apesar da diminuição da inflação no início do Plano, no final de 1992 a inflação acusava uma taxa anual de 1.100%. Isolado politicamente por conta dos escândalos através do esquema de Paulo César Farias (tesoureiro da campanha presidencial), renunciou a presidência da República.

Com a renúncia de Collor, assumiu a presidência da República Itamar Franco, que através do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, elaborou o Plano Real. Para debelar a inflação foi criada a URV (Unidade Real de Valor) que vigorou até julho de 1994, quando foi substituído pelo Real que correspondia a uma URV isto é CR\$ 2.750,00. Este Plano atingiu seu objetivo principal ou seja baixou a inflação para 9,56%. Apesar da estabilidade econômica, o crescimento do país foi de apenas 2,57%. A euforia do Plano real garantiu a eleição de Fernando Henrique Cardoso a Presidência da República em 1994.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, caracterizou-se por uma política econômica que teve como base a abertura comercial e a valorização cambial que trouxe conseqüências negativas para o Brasil. Na questão comercial foram favorecidos os países mais competitivos nas áreas industrial e setor de serviços. Até o setor agrícola onde o Brasil sempre foi competitivo, foram impostas barreiras comerciais pelos países importadores. O estabelecimento da paridade do real com o dólar também trouxe conseqüências negativas ou seja, o barateamento das importações e o encarecimento das exportações o que levou a um déficit na balança comercial bra-



Fernando Collor de Mello

Nasceu Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949, em uma família com tradição política. Conclui o estudo secundário em Brasília, em 1968, e cursou economia na Universidade de Brasília. Em 1973, assumiu o comando do jornal da família em Maceió, a Gazeta de Alagoas. Iniciou sua carreira política como prefeito nomeado de Maceió em 1979 e, três anos depois, foi eleito deputado federal pelo PDS (Partido Democrático Social). Em 1986, ganhou a eleição para governar Alagoas pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Candidatou-se à presidência da República em 1989 pelo PRN (Partido da Renovação Nacional) e derrotou Luís Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores), no segundo turno das primeiras eleições diretas para presidente do Brasil. Assumiu o cargo adotando medidas econômicas drásticas e impopulares, como o bloqueio dos saldos das contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas. O “confisco”, como ficou conhecida a medida, foi uma sugestão da então ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello. Em 2 de outubro de 1992, foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Renunciou ao cargo de presidente em 29 de dezembro o mesmo ano -horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade. Teve seus direitos políticos cassados, tornando-se inelegível por oito anos. Em seu lugar, assumiu o então vice-presidente, Itamar Franco.

sileira (ARAUJO, 2006). A tabela abaixo mostra a situação da balança comercial brasileira no período de 1994 a 2001. Em 2001, a balança comercial só saiu do vermelho por conta do fim da paridade cambial.

Balança Comercial Brasileira 1994-2001 (em US\$ milhões)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.559
1997	52.994	59.747	-6.753
1998	51.140	57.763	-6.623
1999	48.011	49.295	-1.284
2000	55.086	55.839	-753
2001	58.224	55.572	2.652

Fonte: IPEA/Dimac apud. ARAUJO, 2006, p. 58 .

Fernando Henrique Cardoso colocou em prática diretrizes neoliberais principalmente no que se refere ao processo de privatização principalmente com a venda de empresas que atuavam nos setores de : Telefonia, mineração, etc. Esse processo de privatização, foi responsável por transferir 12% do PIB para o setor privado. Um exemplo dessa transferência foi o caso da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, o Governo vendeu as ações que detinha por 3,338 bilhões e seis anos depois estas valiam 50,910 bilhões (ARAUJO, 2006).

Apesar do controle inflacionário, o que se viu no Brasil principalmente no seu segundo mandato foi uma recessão econômica identificada através do desemprego em massa principalmente nas áreas urbanas e o crescimento econômico reduzido. A política desenvolvimentista pregada pelo Governo foi afetada pela falta de investimentos principalmente em infraestrutura. Um exemplo foi o colapso do setor de energia com o famoso apagão. Nesse contexto foi eleito Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Caros alunos e alunas não é fácil avaliar com certa neutralidade, fatos que vivenciamos, sejam eles políticos, econômicos e sociais. Portanto, apresentaremos alguns indicadores econômicos e sociais do Governo Lula, cabendo a vocês a avaliação desses indicadores se positivos ou negativos. Nos fundamentaremos principalmente na obra de José Prata Araujo (2006).

Em meio a grande euforia, em 1º. de janeiro de 2003, pela primeira vez na História do Brasil assumiu um operário o posto mais alto no comando da Nação Brasileira.

No aspecto econômico Lula conseguiu reduzir a vulnerabilidade externa no que se refere aos índices negativos da balança comercial brasileira como foi visto no Governo de FHC. A tabela abaixo mostra muito bem o crescimento do saldo da balança comercial.



Fernando Henrique Cardoso

Surgiu como um grande intelectual, entrou para a vida política com esse perfil e firmou-se como estadista, notável pela capacidade de articulação partidária. Doutorou-se em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) (1961) e, a convite do francês Alain de Touraine, fez estudos de pós-graduação na Universidade de Paris. Acusado de subversão, foi obrigado a sair do país com o golpe militar de 1964, exilando-se inicialmente no Chile e, depois, na França. Na capital chilena, onde permaneceu por três anos, aproximou-se de dirigentes de grandes organizações, como as Nações Unidas, e de personalidades, como Raul Alfonsín, Domingo Cavallo e Salvador Allende. Trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e no Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), onde também foi professor. Lecionou na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso) e na Universidade do Chile. Em Paris, para onde se mudou em 1967, lecionou na Universidade de Paris-Nanterre. De volta ao Brasil, em 1968, conquistou a cátedra de política da USP, retomando à carreira acadêmica, e, um ano mais tarde, fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Em 1969, publicou seu mais importante livro, Dependência e Desenvolvimento na América Latina (com Enzo Faletto); logo em seguida, Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro (1971). Em 1975, veio outra importante obra: Autoritarismo e Democratização. Antes de começar carreira política, lecionou nas universidades de Stanford (1972), Cambridge (1976-1977) e Paris (1977). Seu primeiro cargo foi como suplente de Franco Montoro para o Senado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1978. Em 1980, participou da fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, três anos mais tarde, assumiu o Senado quando Montoro foi eleito governador de São Paulo, reelegendo-se em 1986. Foi um dos fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. De ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco (1992-1993), passou a ministro da Fazenda (1993-1994) e lançou o Plano Real, que, sem congelamento de preços ou salários, busca a estabilização econômica. Aliando-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), elegeu-se presidente. Candidato pela aliança PSDB/PFL/PTB/PPB, reelegeu-se em 1998, graças à emenda da reeleição aprovada em seu primeiro mandato. Entre suas medidas, destacam-se a quebra do monopólio do petróleo, das telecomunicações

Balança Comercial Brasileira 2002*-2005 (em US\$ milhões)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
2002	60.361	47.240	13.121
2003	73.084	48.289	24.795
2004	96.475	62.803	33.672
2005	118.308	73.551	44.757

Fonte: IPEA/Dimac apud. ARAUJO:2006, 58



Luiz Inácio Lula da Silva

Nasceu no dia 27 de outubro de 1945 em Garanhuns, Pernambuco. Em 1952, para escapar da miséria do sertão pernambucano, mudou-se com a família para Santos (SP) e, quatro anos depois, para a capital paulista. Trabalhou ainda criança como vendedor ambulante, engraxate e office-boy e, aos 15 anos, foi aprendiz de torneiro mecânico. Em 1975, chegou à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Liderou a primeira greve de operários do ABC paulista em 1978, durante o regime militar. Em 1980, aliou-se a outros líderes sindicais e intelectuais e fundou o PT (Partido dos Trabalhadores), do qual se tornou presidente. No ano seguinte, liderou nova greve de metalúrgicos, foi preso e teve seu mandato sindical cassado. Em 1982, criou a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, em junho de 1983, iniciou uma frente suprapartidária pró-eleições diretas para a presidência da República com os governadores de São Paulo, Franco Montoro (PMDB), e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT). Liderou o primeiro comício para a campanha “Diretas Já”, em São Paulo, em 27 de novembro de 1983, que mobilizou mais de quatro milhões de pessoas. Em 1986, foi eleito deputado federal constituinte com a maior votação do país. Concorreu à presidência da República em 1989, quando foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Mello, e em 1994 e 1998, quando perdeu para Fernando Henrique Cardoso. Em 1995, deixou a presidência do PT e tornou-se presidente de honra do partido. Em agosto de 1999, foi um dos líderes da Marcha dos 100 Mil, a maior manifestação política contra o governo de Fernando Henrique. Em 2002, foi eleito presidente do Brasil com votação recorde de 50 milhões de votos. Em 2006 foi reeleito presidente do Brasil.

Comparando os anos de 2002 a 2005, percebe-se um crescimento de quase 100% das exportações. Apesar do crescimento das importações no mesmo período, praticamente o saldo comercial triplicou.

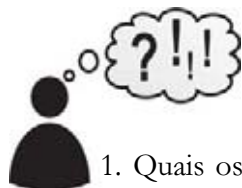
Quanto a dívida externa, o Governo Lula após anos de atrelamento ao FMI (Fundo monetário Internacional), quitou-a. O risco país que em 2002 apresentava 2.436 pontos caiu para 231 pontos.

No segundo ano do governo Lula houve um crescimento econômico da ordem de 4,9% em 2004, quatro vezes superior a do governo FHC quando encerrou o seu mandato que foi de 1,9%.

Quanto ao processo inflacionário, no último ano do governo FHC a inflação atingiu a casa de 12,53%. Em 2005 foi registrado apenas 5,69%.

Quanto a geração de emprego formal no governo FHC durante os oito anos que ficou no poder, foram gerados apenas 797.047 empregos. No primeiro mandato do Governo Lula foram gerados 3.422.690 empregos formais. Quanto ao valor de compra do Salário mínimo, considerando os produtos básicos da mesa dos brasileiros (feijão e arroz), este dobrou a capacidade de compra.

Caros alunos e alunas, cabe a vocês que estão vivenciando o momento atual complementar essa avaliação preliminar principalmente no que se refere ao Governo Lula.



ATIVIDADES

1. Quais os objetivos do Plano SALTE elaborado no Governo de João Goulart?
2. Quais os objetivos do PAEG?
3. Elabore uma síntese sobre os objetivos e resultados do I PND, II PND, III PND?
4. Em que consistiu a política econômica elaborada no Governo Sarney?
5. Faça uma pesquisa sobre o que se entende por Risco- país.
6. Elabore uma síntese comparativa entre o Governo de FHC e o Governo de LULA?
7. O Programa FOME ZERO do Governo LULA é um programa de redistribuição de renda ou assistencialista? Elabore um síntese de no mínimo uma lauda.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Os planos econômicos desenvolvidos pelos governos militares, objetivavam diminuir o processo inflacionário e implantar uma política de desenvolvimento com o crescimento do PIB inserindo o Brasil no contexto dos países desenvolvidos. No entanto como vimos nessa aula o grande beneficiário foi o capital externo. Com o retorno ao regime democrático, o processo inflacionário continuou ameaçando o crescimento econômico do país, nesse contexto vários planos econômicos foram implantados mas sem sucesso. A partir do Governo de FHC, apesar do controle da inflação, seu governo foi caracterizado pela abertura comercial e a valorização cambial que trouxe conseqüências negativas para o país. No governo Lula podemos destacar um dos pontos importante no aspecto econômico pois este, conseguiu reduzir a vulnerabilidade externa no que se refere a nossa balança comercial que creceu significativamente comparada com o Governo FHC.

Na análise da Economia Brasileira no período que denominamos de Recente (1960 até os dias atuais), percebe-se que os dirigentes procuraram solucionar principalmente um dos pontos nocivos ao desenvolvimento econômico isto é: o processo inflacionário. Além deste tentaram sem sucesso, pelo menos até o Governo SARNEY, desenvolver uma política econômica que possibilitasse o crescimento do PIB e inserisse o Brasil no rol dos países desenvolvidos. Vários planos econômicos foram implantados como: O plano Trienal de desenvolvimento (João Goulart), PAEG (Castelo Branco), PED (Costa e Silva) e o I PND, II PND, III PND. Estes últimos de responsabilidade dos três últimos Gerais Presidentes que na verdade não conseguiram resolver os pon-

tos de estrangulamento da economia brasileira. No Governo FHC, foram colocadas em prática políticas Neoliberais, principalmente com a implantação de um processo de privatizações com a venda de empresas nacionais. Não restam dúvidas que a inflação foi controlada no entanto o seu segundo mandato foi caracterizado pela recessão econômica. O Governo Lula por sua vez conseguiu reduzir alguns pontos vulneráveis da economia brasileira tais como: a questão da dívida externa, aumento do PIB, geração de empregos dentre outros.

RESUMO



Nesta aula vimos a evolução recente da economia brasileira, aprendemos que:

- a) O governo de Jânio Quadro caracterizou-se pela austeridade econômica com congelamento de salários, desvalorizando da moeda e congelamento de salário;
- b) O Plano Trienal Desenvolvimento do governo João Goulart buscou diminuir o processo inflacionário como também a redução do déficit público;
- c) Os Governos militares desenvolveram vários planos econômicos que objetivavam transformar o Brasil em um país desenvolvido mas na verdade o grande beneficiário foi o capital externo;
- d) Apesar do controle inflacionário no Governo FHC mais uma vez o grande beneficiário foi o capital externo;
- e) O Governo LULA, conseguiu reduzir vários pontos vulneráveis da economia brasileira como: aumento do PIB, geração de empregos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Prata. **Um retrato do Brasil**: balanço do Governo Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CATELLI JUNIOR, Roberto. **Brasil**: do café à indústria. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.